Obtida a confirmação dos respectivos pressupostos pela Secretária-Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004: Determino o provimento do funcionário Artur Manuel Marques Pires na categoria de inspector tributário assessor do grupo de pessoal de administração tributária, com efeitos a partir de 2 de Agosto de 2002.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Paulo Moita de Macedo*.

Rectificação n.º 18/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 297, de 21 de Dezembro de 2004, a p. 18 911, o aviso (extracto) n.º 11 853/2004 (2.ª série), rectifica-se que onde se lê «José Augusto Nunes da Silva — nomeado em regime de substituição [...] entre 1 de Julho e 30 de Outubro de 2004» deve ler-se «José Augusto Nunes da Silva — nomeado em regime de substituição [...] entre 1 de Junho e 30 de Outubro de 2004».

27 de Dezembro de 2004. — A Chefe de Divisão, *Ángela Santos*.

Direcção-Geral do Orçamento

Despacho (extracto) n.º 415/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Dezembro de 2004 do director-geral do Orçamento:

Henrique Manuel Sirgado Sousa Ganho, Maria de Lurdes da Costa Pimenta Marques, Maria Arlete Borges de Castro Marques, Maria Emília Tavares Matias, Maria Célia Fonseca Correia Limpo Coelho, Maria Vitória Salzedas Pinto Fernandes, Isabel Maria Rodrigues Escalera Santos Lourenço, Maria Odete Gonçalves Marques, Virgílio Antunes Canelo e Augusto Gabriel Nunes Portela, peritos contabilistas de 1.ª classe da carreira de técnico contabilista do quadro de pessoal desta Direcção-Geral — nomeados, precedendo concurso, na categoria de subdirector de contabilidade da carreira de técnico contabilista do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, conforme o constante no mapa v do Decreto-Lei n.º 420/99, de 21 de Outubro.

28 de Dezembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *Eduardo Dias Sequeira*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 20/2005. — Considerando que:

A informação estatística constitui um instrumento importante de promoção de uma administração transparente, bem como do desenvolvimento económico, sendo que a melhoria dos dados estatísticos contribui para formar uma opinião pública bem informada;

Em 2001 foi aprovado, pela Comissão Europeia, o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP, integrado no Programa Indicativo Regional (PIR) PALOP II;

Em paralelo àquele projecto, foi entendido ser oportuno desenvolver um projecto complementar português, a executar pelo Instituto Nacional de Estatística, com o objectivo de promover a aplicação de metodologias comuns nas entidades homólogas dos cinco PALOP, tendo Portugal assumido perante a Comissão Europeia o compromisso de co-financiamento do mesmo:

Determina-se, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 57/2004, de 19 de Março, o seguinte:

1 — O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) suportará os encargos com o financiamento do Projecto Complementar Português ao Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Estatísticos dos PALOP, inserido no PIR PALOP II, até ao montante de € 499 958, com a seguinte distribuição plurianual:

- a) 2004 — € 96 903;
- b) 2005 — € 122 031;
- c) 2006 — € 138 395;
- d) 2007 — € 142 629.

2 — Aos montantes referidos em cada uma das alíneas do número anterior poderá acrescer o saldo apurado no ano anterior.

20 de Dezembro de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — Pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, *Henrique José Praia da Rocha de Freitas*, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Despacho conjunto n.º 21/2005. — Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho, e no cumprimento da delegação de competências estabelecida pelo despacho n.º 20 930/2004, de 20 de Setembro, da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 240, de 12 de Outubro de 2004, é aprovado o programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3 da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, constante do anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

14 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho Directivo da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, *Luís Miguel Salvador Machado Gomes*. — A Directora-Geral da Administração Pública, *Maria Ermelinda Carrachás*.

ANEXO

Programa de provas de conhecimentos específicos a utilizar nos concursos de ingresso e de acesso nas categorias de técnico de informática dos graus 1, 2 e 3 da carreira de técnico de informática do quadro de pessoal da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo.

- 1 — Arquitectura, funcionamento e operação de computadores.
- 2 — Sistemas operativos e linguagens.
- 3 — Estrutura de dados, organização e suportes de informação.
- 4 — Noções de bases de dados.
- 5 — Telecomunicações e redes de comunicação de dados.
- 6 — Noções de privacidade e segurança de sistema de dados e de redes de comunicação de dados.
- 7 — Os desafios da sociedade de informação.

A pormenorização e a delimitação dos temas e matérias constarão dos respectivos avisos de abertura do concurso.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Despacho conjunto n.º 22/2005. — O despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 156, de 9 de Julho de 2003, com o n.º 699/2003 constituiu a comissão de acompanhamento da renegociação do contrato de concessão para a exploração de serviço de transporte suburbano de passageiros no eixo ferroviário norte-sul.

Considerando a necessidade de substituir o Dr. João Canto e Castro, representante do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações naquela comissão de acompanhamento, é nomeado o Dr. Sérgio Goulart Machado.

30 de Novembro de 2004. — O Ministro das Finanças e da Administração Pública, *António José de Castro Bagão Félix*. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Camões

Despacho n.º 416/2005 (2.ª série). — Ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 7.º, 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e em conformidade com as conclusões do relatório final do processo de selecção iniciado com a publicação de aviso no jornal *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público, nomeio o licenciado José Moura Carvalho para exercer, em comissão de serviço, as funções de chefe de divisão de Audiovisual e Informática do Instituto Camões, por considerar que, face à formação académica e profissional de que é detentor e à vasta e diversificada experiência nas áreas de actuação correspondentes ao cargo, reúne os requisitos de aptidão e competência técnica legalmente exigidos. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

Curriculum vitae

Nome — José Moura Carvalho.

Data de nascimento — 28 de Julho de 1953.

Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações:

Licenciatura em Filologia Germânica pela Faculdade de Letras de Lisboa;
Mestrado em Psicologia Educacional pelo Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Outras habilitações:

Curso «Information Technology in Teaching English as a Foreign Language», Universidade de Gales, Swansea, 1996;
Curso «Perspectivas de investigação na utilização de computadores na educação», Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa, 1991;
Curso «Computers in English Language Education and Research», Universidade de Lancaster, Inglaterra.

Actividade profissional:

Professor efectivo do 9.º grupo da Escola Secundária Fernando Lopes Graça, Parede, desde Setembro de 1998;
Chefe de divisão de Acção Cultural do Instituto Camões desde Fevereiro de 2000, assumindo a coordenação do Centro Virtual Camões;
Representa o Instituto Camões para as questões relacionadas com a Sociedade de Informação junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
Instituto de Inovação Educacional (Setembro de 1996-Janeiro de 2000);
Director do centro de recursos das Escolas Secundária Fernando Lopes Graça e EB 2, 3 de Santo António, Parede (1994-1995);
Pólo do Projecto MINERVA (Meios Informáticos nas Escolas: Racionalização/Valorização/Actualização) da Universidade Nova de Lisboa (1988-1994).

Outras actividades:

Presidente da mesa da assembleia geral da Associação Portuguesa de Professores de Inglês (desde 2004);
Formador acreditado pelo Centro Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores na área das tecnologias de informação e comunicação (TIC);
Presidente da direcção e da mesa da assembleia geral da Associação Portuguesa de Computadores e Línguas (1993-1996);
Tem participado activamente em numerosos congressos, seminários em torno de questões relacionadas com as TIC;
Tem escrito, em diversos títulos e suportes, sobre a utilização educativa das TIC.

25 de Outubro de 2004. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Despacho (extracto) n.º 417/2005 (2.ª série). — Por despacho de 11 de Novembro de 2004 da secretária nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência:

Edite Rosa dos Santos Corado, chefe de repartição do quadro de pessoal do Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência — transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal do Instituto Camões, com efeitos a partir de 11 de Novembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Novembro de 2004. — A Presidente, *Simonetta Luz Afonso*.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento

Despacho (extracto) n.º 418/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 28 de Outubro de 2004:

Licenciada Maria do Carmo Afonso Fernandes, assessora do quadro de pessoal do ex-Instituto da Cooperação Portuguesa — nomeada em regime de substituição no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão, da Divisão de Acompanhamento de Projectos, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nos termos conjugados do artigo 15.º, n.º 2, do despacho n.º 5/2003, de 13 de Janeiro, e da alínea i) da alínea c) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 22 251/2004, de 30 de Outubro, do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, com efeitos a 1 de Novembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

24 de Novembro de 2004. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

Despacho n.º 419/2005 (2.ª série). — Considerando que se encontra vago o lugar correspondente ao cargo de direcção intermédia de 1.º grau, director de serviços, da Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais deste Instituto, previsto na alínea d) do n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos do IPAD, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 5/2003, de 13 de Janeiro;

Reunindo a licenciada Maria Manuela Alagoíinha Ferreira Simões, técnica superior principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Assuntos Europeus e Relações Internacionais, os requisitos legais exigíveis, bem como o perfil profissional pretendido para o exercício do lugar em apreço:

Nomeio, no uso da competência própria conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 1.º grau, directora de serviços da Direcção de Serviços de Assuntos Comunitários e Multilaterais a licenciada Maria Manuela Alagoíinha Ferreira Simões, nos termos do artigo 27.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004.

30 de Novembro de 2004. — O Presidente, *José Iglésias Soares*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 420/2005 (2.ª série). — Por despacho de 13 de Dezembro de 2004 do Secretário de Estado da Administração Judiciária:

Artur Joaquim Remísio Maurício, secretário de justiça, em licença especial, no exercício de funções na Região Administrativa Especial de Macau — prorrogada a referida licença, pelo período de um ano, com efeitos desde 1 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — O Subdirector-Geral, *J. Matos Mota*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 421/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 8, do despacho n.º 23 971/2004 (2.ª série), do director nacional da Polícia Judiciária, Dr. José António Henriques dos Santos Cabral, de 8 de Novembro de 2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 273, de 20 de Novembro de 2004, subdelego no inspector-chefe José Henrique Simões Galhardo Antunes, a exercer funções no Departamento de Investigação Criminal de Ponta Delgada, a competência para autorizar despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços, nos termos dos artigos 4.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao montante de € 49 000, no período compreendido entre 2 de Junho e 7 de Novembro de 2004.

Nos termos do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ratifico todos os actos que tenham sido praticados no âmbito dos poderes agora subdelegados, no período temporal referido.

14 de Dezembro de 2004. — O Director Nacional-Adjunto, *Ramos Caniço*.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Despacho n.º 422/2005 (2.ª série). — 1 — Nos termos do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo e ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 104/2003, de 23 de Maio, delego na engenheira Maria Valentina Filipe Coelho Calixto, vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, sem prejuízo do poder de avocação e com a faculdade de subdelegação, competências para:

1.1 — Apreciar e decidir, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 46/94, de 22 de Fevereiro, os pedidos de informação prévia e de licenciamento de utilizações do domínio hídrico;